

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 24
17/09/04 - 23/09/04

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, (UNESP), *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Premiê japonês visitou o Brasil

Os chefes do Executivo do Japão e do Brasil manifestaram a intenção de “redinamizar” as relações econômicas bilaterais. O Brasil quer voltar a ser o principal destino dos empreendimentos do Japão, como nas décadas de 60 e 70, e o Japão trabalhará por maior cooperação do setor de exploração de recursos, energia e na infra-estrutura. A única medida concreta acordada, no entanto, foi a autorização da exportação de manga para o Japão. O governo brasileiro tentou retomar as exportações de carne bovina para o país oriental, interrompidas por ter havido foco de febre aftosa apenas em um ponto isolado e distante das áreas criadoras do Brasil. O presidente Lula pediu ainda melhoras nas condições de cerca de 270 mil brasileiros descendentes de japoneses que trabalham como operários no Japão, e propôs acordos nas áreas de Previdência Social e Educação. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 17/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 17/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/09/04; O Globo – Economia – 17/09/04*).

Brasil associa-se a outros países por assento permanente no CSONU

Os presidentes brasileiro e japonês apoiar-se-ão em suas candidaturas a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU), e juntamente com Índia e Alemanha, se encontraram, no dia 21 de setembro, em Nova York, para debater a questão. Para que a reforma ocorra de maneira equilibrada, o grupo defende a inclusão de outros novos membros.

Entre eles estão a África do Sul, o Egito e a Nigéria. Sobre a candidatura brasileira, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou já ter recebido o apoio da França, da Inglaterra, da Rússia e da China. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/09/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/09/04; Folha de S. Paulo – Internacional – 22/09/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 23/09/04; O Globo – País – 21/09/04; O Globo – País – 22/09/04; O Globo – Plantão – 23/09/04).

Negociações entre o Mercosul e a UE avançam

O Mercosul e a União Européia (UE) apresentaram, de forma simultânea e completa, suas ofertas para todas as áreas da negociação econômica, como havia sido acordado, informalmente, entre o chanceler brasileiro Celso Amorim e o comissário europeu para o Comércio, Pascal Lamy. Os europeus apresentaram suas ofertas por completo e demonstraram flexibilidade sobre o estabelecimento de um “mecanismo de teto” para as cotas de exportação de produtos agrícolas do Mercosul – mecanismo que previa, por exemplo, que as exportações de carne para a Europa que ultrapassassem a cota seria descontada da cota do próximo ano. Alguns setores foram apresentados pelos blocos em linhas gerais, como o de bens e serviços dos europeus e o de compras governamentais, dos sul-americanos. Os detalhes e o estabelecimento de uma agenda para as próximas negociações serão fechados nas próximas semanas. O Mercosul teve discordâncias em acertar um acordo sobre o mercado automobilístico, principalmente entre Brasil e Argentina. Apesar deste impasse, ofereceram-se vantagens aos europeus em concorrências da região, porém reservando ao bloco usar as compras governamentais para objetivos de política industrial e tecnológica. Cogita-se fechar o acordo até o dia 31 de outubro, principalmente depois que a França, país conhecido por protecionismo do setor agrícola, apoiar o aumento do acesso a este mercado da Europa. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 17/09/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 17/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 18/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/09/04; O Globo – Economia – 17/09/04).

Brasil e Canadá querem evitar conflitos entre Embraer e Bombardier

Brasil e Canadá firmarão um acordo bilateral para disciplinar os subsídios que ambos os governos oferecem às exportações de aeronaves da Embraer e da canadense Bombardier. O principal objetivo é evitar que os dois países tenham que recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) para questionar os financiamentos concedidos as suas empresas desde 1997. (O Estado de S. Paulo – Economia – 17/09/04).

Rússia embarga carnes brasileiras

A Rússia vetou a importação de carne bovina, suína e de aves, pela segunda vez nesse ano, sob a alegação de que há no Brasil focos de doença animal. Essa decisão foi tomada uma semana depois de ter sido constatado um novo foco de febre aftosa no Amazonas, estado que não tem permissão para exportar qualquer tipo de carne. Uma missão do Ministério da Agricultura foi à Rússia para esclarecer a situação e tentar suspender o embargo, levando ainda documentos relativos à análise de risco para a importação de trigo russo, a ser aprovada pelo governo. O único resultado conseguido foi a autorização para o embarque dos carregamentos que já estavam nos portos, tendo fracassado as demais negociações. O embargo imposto seria uma estratégia daquele país para sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC), uma vez que para tanto, precisa fechar acordos de comércio com cada um de seus membros. Moscou estabelecerá cotas de importações de carnes e dividi-las-á entre os fornecedores, adquirindo o Brasil uma cota baixa. Outro ponto sensível no comércio bilateral entre os dois países refere-se ao açúcar. O governo russo estabeleceu um sistema tarifário variável, ou seja, o imposto depende do preço internacional da commodity, ilegal pelas regras da OMC. (O Estado de S. Paulo - Economia – 18/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 21/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 23/09/04; O Globo – Economia – 18/09/04).

Nova regra do BNDES estimula integração do Mercosul

Em sintonia com a meta do presidente brasileiro de fortalecer a integração sul-americana, Carlos Lessa, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), anunciou que serão financiadas as empresas estrangeiras que tiverem controle acionário no âmbito do Mercosul, com prioridade a pedidos de crédito para aquisição de bens de capital e peças produzidas no bloco, facilitando assim a entrada de produtos do bloco no mercado brasileiro. Durante reunião realizada no dia 20 de setembro, em Nova Iorque, os presidentes Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva anunciaram a abertura dos financiamentos enfatizando a maior competitividade mundial dos produtos com a marca do Mercosul. (Folha de S. Paulo – Brasil – 21/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 18/09/04; O Globo – Economia – 18/09/04; O Globo – Economia – 21/09/04).

Em Nova Iorque, Lula falou de paz e do combate à fome

O presidente brasileiro e uma comitiva de ministros viajaram no dia 19 de setembro para Nova Iorque, nos Estados Unidos. No dia 20 de setembro, Lula reuniu-se com representantes de 58 países para apresentar propostas de combate

à fome e à pobreza. Os objetivos foram estabelecer fontes permanentes de recursos para financiar o cumprimento das Metas do Milênio e inserir o tema na agenda mundial. Lula afirmou que enfrentar o problema é vital para a estabilidade e segurança de todos os países. Frente à resistência dos países desenvolvidos, dentre eles os Estados Unidos, contra a cobrança de impostos globais sobre gases poluentes, certas operações financeiras, venda de armas e operações de corporações multinacionais, o Brasil pretende alinhar-se a outros grandes países em desenvolvimento para viabilizar as medidas. As propostas já contam com o apoio de 47 deles. No dia 21, Lula participou de uma reunião promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da abertura de 59ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), durante a qual defendeu contundentemente a paz e as relações mais simétricas e equilibradas entre os países, que passariam necessariamente pela reforma da ONU e da reformulação das políticas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/09/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 20/09/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/09/04; Folha de S. Paulo – Internacional – 22/09/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 23/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 21/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/09/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 23/09/04; O Globo – O País – 20/09/04; O Globo – País – 21/09/04; O Globo – País – 22/09/04; O Globo – Plantão – 23/09/04).

Brasil mostrou aos EUA que combate pirataria

Durante encontro realizado no dia 21 de setembro pela Câmara Americana de Comércio (Amcham), em São Paulo, o representante norte-americano Peter Allgeier relativizou as recentes vitórias brasileiras, contra os Estados Unidos e União Européia, na Organização Mundial do Comércio (OMC) respectivas às produção algodoeira e açucareira. No dia 22 Allgeier esteve em Brasília para discutir a possibilidade de exclusão do Brasil do Sistema Geral de Preferências (SPG), anunciada após pressões da *International Intellectual Property Alliance*, formada por empresas que se sentem prejudicadas pela pirataria. Para reverter o quadro, o Brasil reuniu uma série de dados que mostram o comprometimento do país, além de propor um acordo bilateral com os EUA para combater a pirataria de seus produtos. O SPG permite que o Brasil exporte aos EUA US\$ 2,5 bilhões por ano em produtos livres de tarifas. Allgeier rejeitou ainda a flexibilização da propriedade intelectual defendida por Brasil, Argentina e Bolívia. A proposta brasileira, apresentada à Organização Mundial de Propriedade Intelectual, defende o respeito parcial à propriedade industrial, abrindo espaço para uma “agenda de desenvolvimento”. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 20/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 22/09/04; O Estado de S. Paulo – Economia – 23/09/04; O Globo – Economia – 23/09/04).

Desentendimentos entre AIEA e Governo Brasileiro

O governo brasileiro, no último dia 22, afirmou ter fechado com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) um acordo para a inspeção nas instalações da fábrica de processamento de urânio de Resende, no sul do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o ministro da Ciência e da Tecnologia, Eduardo Campos, os painéis que protegem a centrífugas serão mantidos, mas terão reduzido o seu tamanho para que os inspetores possam visualizar todas as tubulações e se certificar que não há desvio de urânio enriquecido. Com isso, o governo federal quer preservar a tecnologia nacional. Apesar disso, no dia 23, o porta-voz da AIEA, negou que tal acordo tenha sido firmado, declarando apenas que a agência e o país negociam a questão. (O Globo – Ciência – 23/09/04).